



JUSTIFICATIVA PARA A NÃO UTILIZAÇÃO DO BIM

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA - LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE DOIS RIACHOS

(Processo Administrativo nº **0424004/2026**)

JUSTIFICATIVA

1. ASSUNTO

1.1. Trata-se de justificativa para a ausência de previsão de adoção da Modelagem da Informação da Construção (BIM) no processo licitatório pertinente a Contratação de Empresa de Engenharia Civil, para a execução de obras e serviços de pavimentação em vias rurais no Município de Dois Riachos/AL, conforme **TERMO DE PROPOSTA Nº 044989/2023 TRANSFEREGOV** e **CONTRATO DE REPASSE Nº 945612/2023/MIDR/CAIXA**, nos termos do Projeto Básico e elementos instrutores fornecidos em anexos.

1.2. Em referência à ausência de previsão de adoção da Modelagem da Informação da Construção (BIM) no processo licitatório, consideramos o que se apresenta.

2. BASE LEGAL

2.1. A Modelagem da Informação da Construção (BIM) passa de uma promessa porque se consolidou como uma exigência estratégica nas obras públicas brasileiras. A Lei nº 14.133/2021 no artigo 19, § 3º, trata o assunto nos seguintes termos:

Art.19 § 3º da Lei 14133/2021.

Art. 19. Os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, **de obras e serviços e de licitações e contratos deverão:**

[...]

§ 3º Nas licitações de obras e serviços de engenharia e arquitetura, sempre que adequada ao objeto da licitação, será preferencialmente adotada a Modelagem da Informação da Construção (Building Information Modelling - BIM) ou tecnologias e processos integrados similares ou mais avançados que venham a substituí-la.

2.2. Assim a adoção da Modelagem da Informação da Construção (BIM) na NLL deixou de ser opção e passou a ser diretriz legal. A Lei nº 14.133/2021 prevê que, sempre que adequado, gestores públicos devem justificar se não aplicarem a Modelagem da Informação da Construção em obras. Isso muda o jogo: projetos mais precisos, maior controle e transparência.

2.3. A expressão "preferencialmente adotada" indica uma diretriz: a Administração Pública deve adotar o BIM como padrão técnico nas contratações de obras, sempre que possível e adequado ao objeto.

2.4. Essa redação cria um dever de motivação pelo gestor público, caso o BIM não seja utilizado. Deverá haver justificativa técnica nos autos do processo licitatório, demonstrando a inadequação ou inviabilidade da sua aplicação ao caso concreto. Ou seja, não se trata de uma faculdade, mas de uma preferência com presunção de adequação. A diretriz reforça a busca por maior eficiência, planejamento e economicidade na execução de obras, ao mesmo tempo em que fortalece o compromisso com a inovação e a transparência.

2.5. A decisão de não adotar a metodologia BIM neste processo licitatório fundamenta-se nas seguintes considerações:

2.5.1. O regime de Empreitada por Preço Unitário (EPU), adotado neste caso, caracteriza-se pela contratação da execução de serviços com base em preços unitários predefinidos, sendo o pagamento efetuado de acordo com as quantidades de serviços efetivamente executadas. Neste contexto, a contratada executa a obra conforme projetos e especificações fornecidos pela contratante, não sendo responsável pelo desenvolvimento do projeto em si. A utilização do BIM, que agrega maior valor nas fases de projeto e planejamento, torna-se menos crítica na fase de execução sob o regime de EPU;



2.5.2. A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana (SMIMU) forneceu os projetos norteadores no formato tradicional (AutoCad). E para dar celeridade e eficácia ao processo, a Administração decidiu continuar trabalhando nessa metodologia para as implementações e entrega da demanda;

2.5.3. Os projetos de arquitetura e complementares foram fornecidos pelo **"CONISA"** e analisados e acompanhados pela **"SMIMU"**, no formato tradicional (AutoCad). A exigência de modelagem em BIM representaria a necessidade de retrabalho, sem garantia de ganho proporcional em termos de eficiência na execução da obra;

2.5.4. A implementação do BIM envolve um significativo tempo de modelagem. Em um cenário de obra com projetos já existentes e regime de Empreitada Por Preço Unitário (EPU), a análise custo-benefício indicou que os benefícios da adoção do BIM não justificariam os investimentos adicionais, especialmente no que tange ao cronograma da obra e à urgência de oferecer segurança à população;

2.5.5. A adoção do sistema BIM inclusive acrescentaria mais custo a administração pública, já que os profissionais que trabalham em todas as disciplinas de um projeto em BIM (Especialistas BIM e BIM Managers), costumam ter uma remuneração maior e diferenciada dos profissionais que eram contratados pela secretaria no início do processo desses projetos;

2.6. Com isso, o Município de Dois Riachos vem respeitosamente apresentar justificativa quanto à não apresentação dos projetos de arquitetura e engenharia nos padrões estabelecidos para a metodologia BIM do Estado de Alagoas, devido aos seguintes motivos: a) Os projetos aqui apresentados foram desenvolvidos na metodologia tradicional, anteriormente à obrigatoriedade legal; b) O município ainda está desenvolvendo sua estratégia de implantação BIM, mas não iniciou as aquisições de softwares, máquinas e capacitação dos profissionais;

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

3.1. Diante do exposto, a **"SMIMU"** entende que a não utilização do BIM neste processo licitatório é justificada pelas características do objeto, pelo regime de execução contratual, pela disponibilidade de projetos em formatos tradicionais e pela análise custo-benefício. A decisão visa garantir a eficiência do processo licitatório e a execução da obra dentro dos prazos e custos previstos, sem prejuízo da qualidade e conformidade com as normas técnicas.

3.2. Com isso, espera-se evitar distorções relevantes no decorrer da execução contratual, sem prejuízo, seja da Administração, seja da contratada.

Dois Riachos/AL, 24 de abril de 2026.

DOIS RIACHOS
Terra do coração da gente!

.....
ALBERTO MARLOS DE SIQUEIRA

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana
Secretário-Portaria nº 06/2025